

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP001846/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/02/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR073633/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 10260.229803/2024-12
DATA DO PROTOCOLO: 16/12/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERV COMP, INFORM TEC. INFORM E TRAB PROCESS DADOS, SERV COMP, INFORM E TEC INFORM ESP, CNPJ n. 55.537.666/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS NETO;

E

FOURSYS PROJETOS E SISTEMAS EM INFORMATICA LTDA, CNPJ n. 03.808.125/0001-30, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). RONALDO MONTEIRO DA ROCHA e por seu Sócio, Sr(a). RAFAEL CARMONA OSTAN;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em empresas de processamento de dados, de serviço de computação, de informática, de tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de informática, banco de dados, assessoria, consultoria, produtores e licenciadores de software, e-commerce e serviços de informática em geral, inclusive quanto às empresas abrangidas pela Lei nº 9317/96, alterada pela Lei nº 9732/98, sejam elas privadas ou de economia mista, com abrangência territorial em SP.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS**

Fica assegurado para os empregados abrangidos por este ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, o salário normativo vigente na Convenção Coletiva 2025 e especificamente para os cargos de trainee, obedecerá ao seguinte critério:

Trainee – empregados que a empresa prepara para o mercado de trabalho (período 12 meses) – Conforme alínea B) aplicável aos empregados integrantes da menor função e/ou atividade administrativa: serão reajustados pelo INPC do período de janeiro a dezembro de 2024

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos Empregados abrangidos pelo presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, vigentes em 31.12.2024, serão reajustados da seguinte forma:

Parágrafo único: Os salários dos Empregados e os pisos normativos abrangidos pelo presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, vigentes em 31.12.2024, serão reajustados pelo INPC do período de janeiro a dezembro de 2024, a partir de 01.01.2025

Parágrafo 1º - Não serão compensados os aumentos provenientes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, de função, de estabelecimento ou localidade e de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Parágrafo 2º - Aos empregados admitidos a partir de janeiro de 2024, o reajuste de salário será proporcional ao tempo de serviço, a base de 1/12 (um doze avos) por mês trabalho, a contar da admissão, considerando-se mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo 3º - Havendo paradigma aplica-se ao empregado admitido para a mesma função reajuste igual.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO



A Remuneração é a soma do salário contratualmente estipulado unido à outras vantagens previstas na existência deste Acordo, entre outros, vale alimentação, vale-refeição, transporte, benefícios (equipamentos, assistência médica e educação e ajuda de custo).

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA SEXTA - CESTA DE BENEFÍCIOS

A empresa poderá negociar individualmente com seus empregados o pagamento de uma cesta de benefícios, conforme disposto no artigo 458, §2º da CLT, contemplando os seguintes itens:

1. Seguros:

- Seguro de Vida e/ou Seguro de Acidentes Pessoais, respeitando o previsto na Cláusula Vigésima da CCT 2024/2025;
- Previdência privada.

2. Auxílio Educação – Para o empregado e seus dependentes legais:

- Creche, respeitando o previsto na Cláusula Décima Nona da CCT 2024/2025;
- Pré-escola;
- Ensino Médio, Ensino Superior;

- Curso de idiomas;
- Cursos de Aperfeiçoamento;
- Pós-Graduação / MBA;
- Mestrado / Doutorado;
- Material didático.

3. Assistência Médica – Para o empregado e seus dependentes legais

- Assistência Saúde, respeitando o previsto na Cláusula Décima Oitava da CCT 2024/2025;
- Assistência odontológica;
- Farmácia/medicamentos;
- Consultas Médicas;
- Tratamentos / Exames Médicos.

4. Equipamentos:

- Notebook;
- Aparelho Celular.

PRÊMIOS

CLÁUSULA SÉTIMA - PRÊMIO

Conforme disposto no art. 457, § 2º, da CLT, ainda que pagos com habitualidade, não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, os prêmios que eventualmente vierem a ser conferidos aos empregados.

Parágrafo único - O empregador estabelecerá uma política de premiação de acordo com as regras quantitativas definidas pela empresa. Tal documento estabelecerá previamente os valores e ou percentuais a serem percebidos pelos empregados, de acordo com o cumprimento de metas individuais ou coletivas, entre outras, vendas, cumprimento de prazos e resultados positivos nos projetos, produtividade, assiduidade, ideias inovadoras, dentre outros.

AJUDA DE CUSTO

CLÁUSULA OITAVA - AJUDA DE CUSTO

A ajuda de custo, ainda que paga com habitualidade, e desde que não ultrapasse o valor do salário, não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário

Parágrafo Primeiro - Caracteriza-se como ajuda de custo para a execução das atividades laborais pelo empregado, entre outras, as seguintes verbas:

1. Aluguel: para os casos em que o empregado resida em cidade diversa da prestação do serviço;
2. Vestuário: de acordo com a política interna da empresa;
3. Seguro e despesas de manutenção de Automóvel utilizado para ou pelo trabalho;
4. Conta de celular;
5. Estacionamento;
6. Certificações / especializações / pós-graduação / MBA, em benefício dos negócios da empresa.

Parágrafo Segundo - A ajuda de custo poderá ser paga por liberalidade do empregador durante o período de férias e não constituirá base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA NONA - TRANSPORTE

O empregador poderá pagar transporte em dinheiro aos empregados que assim optarem, referente ao deslocamento: residência - local de trabalho – residência, sem descaracterizar a natureza do pagamento, desobrigando neste caso o empregador de conceder vale transporte ao empregado.

Parágrafo único - Caberá à Empresa a apuração e formalização da quilometragem real do deslocamento, em documento específico, mediante assinatura do empregado em declaração para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - REEMBOLSO DE QUILOMETRAGEM

A Empresa reembolsará quilometragem aos empregados que usem veículo próprio para execução de suas atividades.

Parágrafo único - Este valor de reembolso não se confundirá com o valor do Vale-transporte ou o pagamento do transporte previsto na cláusula oitava.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TELETRABALHO OU HOME OFFICE.

A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.

Parágrafo primeiro: Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

Parágrafo segundo: Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínima de 60 (sessenta) dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

Parágrafo terceiro: As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

Parágrafo quarto: As empresas pagarão ao empregado, que estiver em regime de teletrabalho, híbrido, home office ou trabalho remoto, prestando serviços fora das dependências da empresa em mais de 50% (cinquenta por cento) da duração do trabalho mensal, ajuda de custo .

Parágrafo quinto: Conforme definido no artigo 457, § 2º da CLT, a ajuda de custo prevista no caput desta cláusula não integra a remuneração do empregado, não incorpora ao contrato de trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADO HIPERSUFICIENTE

O empregador poderá estipular livremente as condições contratuais com os empregados que possuem nível superior completo e que percebam remuneração igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, possuindo tais negociações a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos visando a melhoria das Cláusulas deste **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, que serão tidas como patamar mínimo dos direitos dos empregados abrangidos.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROPRIEDADE INTELECTUAL / DIREITOS AUTORAIS

Mediante celebração de contrato individual, as empresas poderão realizar pagamentos mensais ou esporádicos a título Cessão de Direitos Autorais, em conformidade com o disposto nas Leis nº 9.609/98 e 9.610/98, e artigo 88, § 1º da Lei nº 9.279/96, aos empregados que aplicam seus conhecimentos para: criação, desenvolvimento de software, modificações e ou customizações em sistemas já existentes.

Parágrafo primeiro - O valor referente à Cessão de Direitos Autorais poderá ser antecipado, mediante solicitação expressa e por escrito do (a) Empregado à Empresa.

Parágrafo segundo - A empresa poderá adotar as Leis nº 9.609/98 e 9.610/98, Direitos Autorais de Programa de Computador e Propriedade Intelectual, como forma de remuneração, condicionado a um acordo específico junto ao SINDPD.

RELAÇÕES SINDICAIS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A Quitação Anual de Obrigações Trabalhistas que tenham sido regularmente pagas ao empregado, a que se refere o artigo 507-B da Consolidação das Leis do Trabalho, será certificada pelo SINDPD.

Parágrafo primeiro: O pedido da Certidão Anual de quitação será dirigido ao Sindicato acompanhado dos recibos de pagamento dos salários/remuneração do período, dos registros de jornada de trabalho cumprida pelo trabalhador se aplicável e dos comprovantes de recolhimentos de contribuição previdenciária, de Imposto de Renda retido na fonte e de FGTS depositado.

Parágrafo segundo: O SINDPD terá local e pessoal habilitado para certificar a quitação anual de verbas trabalhistas, na Sede e nas Delegacias Regionais.

Parágrafo terceiro: A eficácia liberatória da quitação das verbas trabalhistas abrangerá os títulos expressamente discriminados.

Parágrafo quarto: Para a emissão de Certidão de Quitação Anual de Obrigações Trabalhistas a empresa pagará ao SINDPD a importância de R\$100,00 (cem reais) por empregado quitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COTAS LEGAIS

Conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e pela Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 8.213/1991), a Empresa compromete-se a buscar profissionais para atender as obrigações de inclusão de aprendizes e trabalhadores com deficiência no seu quadro de colaboradores.

Parágrafo Primeiro - *Cota de Aprendizagem*: O número de colaboradores aprendizes será proporcional ao número total de funcionários da empresa, conforme estipulado pela legislação vigente. Para atender a essa exigência, a Empresa realizará programas de formação que contarão com a participação de aprendizes e trainees, visando capacitar e integrar esses jovens ao mercado de trabalho.

Parágrafo Segundo - *Cota para Pessoas com Deficiência (PCDs)*: A empresa se compromete a buscar trabalhadores com deficiência em conformidade com o percentual legalmente exigido, podendo para tal promover a inclusão de pessoas com mais de 60 anos no ambiente corporativo.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DA APLICABILIDADE - CCT 2024/2025

Fica assegurada a aplicabilidade por parte da empresa signatária do presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, de todas as cláusulas previstas na CCT 2024/2025 SINDPD/SP, que não foram tratadas no presente acordo.

}

ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS NETO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERV COMP, INFORM TEC.
INFORM E TRAB PROCESS DADOS, SERV COMP, INFORM E TEC INFORM ESP

RONALDO MONTEIRO DA ROCHA
SÓCIO
FOURSYS PROJETOS E SISTEMAS EM INFORMATICA LTDA

RAFAEL CARMONA OSPAN
SÓCIO
FOURSYS PROJETOS E SISTEMAS EM INFORMATICA LTDA

ANEXOS

ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#).

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.